

# NOVAS REGRAS PREJUDICAM SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Foi publicado no último dia 1º de setembro, no Diário Oficial do Município, o Decreto 4.896, que regulamenta a avaliação dos servidores em estágio probatório. Com procedimentos de análise de desempenho que representam um verdadeiro retrocesso no modo de se fazer gestão de recursos humanos, o novo regulamento contém critérios monstruosos como, por exemplo, determinar fatores extremamente subjetivos para julgar a atuação dos funcionários.

É caso dos critérios "subordinação", "disciplina" e "boa conduta", que podem ser usados a favor ou contra os trabalhadores, dependendo do contexto em que estejam inseridos. Os conhecidos puxa-sacos de chefias certamente não serão avaliados como insubordinados, indisciplinados ou de má conduta profissional. A mesma garantia já não poderá ser dada para os demais servidores, que num período de três anos serão avaliados semestralmente.

No quesito subordinação uma aberração foi imposta: além de obviamente respeitar a hierarquia na unidade de trabalho, o trabalhador terá de acatar "requisições de tarefas, ainda que não rotineiras, mas correlatas às funções de seu cargo".



Pelo decreto aprovado a Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório poderá, inclusive, solicitar a assessoria das perícias

médicas do Departamento de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho (Desmet) "sempre que necessária ao bom termo do processo de avalia-

ção". A comissão avaliadora tem o poder, de com base em relatórios de chefias e colegas de trabalho do servidor analisado e com base em suas "próprias diligências e convicções", propor ao prefeito a exone-

ração do trabalhador em questão.

A perícia também fica encarregada de uma avaliação a cada dez meses e se ficar por eles comprovado que o servidor perdeu sua capacidade de produzir ele será demitido. Em resumo: para ficar no cargo os trabalhadores devem ser puxa-sacos e não podem ficar doentes.

Enquanto isso a avaliação do PAV, prevista em lei, não é cumprida. Essa é a grande diferença entre o sindicato e a Prefeitura. Nós queremos uma avaliação para que os servidores possam ser incentivados a ascender na carreira; eles querem uma avaliação para punir.

A medida é mais um precedente perigoso que pode prejudicar e discriminar centenas de servidores. O departamento jurídico do sindicato está analisando o decreto com o objetivo de levantar pontos de questionamento no âmbito judicial e tomar as providências cabíveis.

# SINDSERV FAZ CAMPANHA EM PROL DA CAPEP SAÚDE

Quem depende da Capep Saúde para garantir atendimento médico para a família corre o sério risco de ver os descontos no holerite se multiplicarem. O prefeito Papa e o novo superintendente da Capep, com a anuência de conselheiros omissos estão anunciando aos quatro ventos que só a taxaço de dependentes pode salvar a entidade.

Esquecem de dizer que a soluço mágica só está sendo defendida agora porque nunca foram

tomadas as devidas

providências técnicas e gerenciais para evitar a situação deficitária que hoje se apresenta.

O prefeito e seus antecessores cruzaram os braços, os superintendentes sempre inoperantes deixaram de agir, os conselheiros fecharam os olhos sem, contudo, abrir mão dos jetons (gratificações de R\$ 150,00) por cada reunião realizada para não resolver nada. **Por que agora os servidores e suas famílias têm que pagar a conta de tanta incompetência e omissão?**

O Sindserv está atuando para impedir que mais uma vez a corda arrebente para o lado mais fraco. No mês passado realizamos um seminário, seguido de assembléia e a categoria aprovou que quem deve

se responsabilizar pelos déficits mensais nas contas da Capep é a Prefeitura. Os trabalhadores também rejeitaram oficialmente a proposta de taxar dependentes e reivindicam a realização de uma auditoria rigorosa, realizada de forma profissional, técnica e isenta.

Outra decisão foi organizar uma campanha de esclarecimento dos servidores por meio de comunicados, produção de uma cartilha e visita aos locais de trabalho

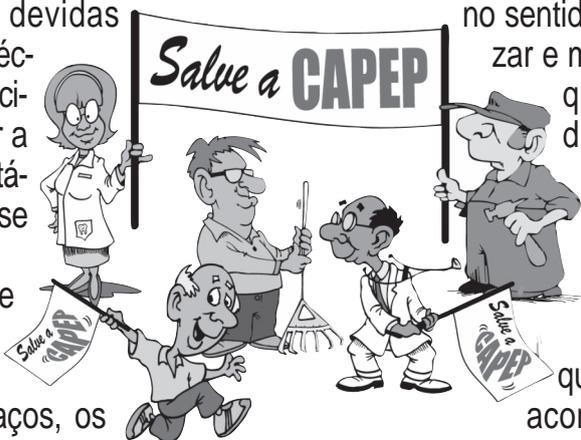
no sentido de conscientizar e mobilizar a todos

que dependem da nossa assistência médica.

Para aqueles que ainda não conseguiram enxergar o que de fato pode acontecer, publica-

mos novamente a tabela que simula os impactos da taxaço de dependentes e da criação de um plano especial para concorrer com o plano básico (ver tabela ao lado).

Por uma questão de esclarecimento à base, ressaltamos que o Sindserv não está representado no conselho deliberativo da Capep, ao contrário do que afirmou o prefeito em entrevista à imprensa. Quem tem assento no conselho é a ex-presidente do sindicato, Graça, nomeada pelo prefeito e destituída da atual diretoria. Como se pode ver, não há paridade no conselho.



## DESCONTO PODE AUMENTAR

Na Capep não há a visão mercadológica. O objetivo é servir aqueles que servem a população: o servidor.

Hoje, um servidor de nível C, com três dependentes menores, tem descontado de seu salário aproximadamente R\$ 36,96. Se tivesse que pagar por dependente como propõe o estudo encomendado pela Prefeitura, arcaria com mais R\$ 133,86. Seriam ao todo R\$ 170,82 por mês, o que corresponde a um aumento de-

mais de 400% nos descontos.

E essa conta diz respeito apenas aos valores previstos para dependentes no plano básico. Caso optasse pelo plano especial, com qualidade melhor apenas para quem pode pagar, o aumento seria de R\$ 170,00, mais de 700%.

Em relação aos servidores com mãe ou pai como dependente, o valor pago apenas pela assistência médica desse ente da família seria de R\$ 221,23.

## VEJA O QUE PODE ACONTECER NO SEU BOLSO:

FAIXA ETÁRIA	VALOR DO PLANO BÁSICO	VALOR DO PLANO ESPECIAL
0 a 18 anos	R\$ 44,62	R\$ 56,80
19 a 23 anos	R\$ 46,85	R\$ 59,64
24 a 28 anos	R\$ 49,20	R\$ 62,62
29 a 33 anos]	R\$ 54,11	R\$ 68,88
34 a 38 anos	R\$ 59,53	R\$ 75,77
39 a 43 anos	R\$ 68,45	R\$ 87,13
44 a 48 anos	R\$ 85,57	R\$ 108,91
49 a 53 anos	R\$ 106,96	R\$ 136,14
54 a 58 anos	R\$ 133,70	R\$ 170,18
59 anos ou mais	R\$ 173,81	R\$ 221,23

**ALÉM DOS ATUAIS 3% QUE INCIDEM SOBRE O SALÁRIO, OS SERVIDORES TERÃO QUE PAGAR ESSES VALORES POR CADA DEPENDENTE**

**NENHUM DIREITO A MENOS! AVANÇAR NAS CONQUISTAS!**

# TRANSPARÊNCIA NO FUNDEB ESTÁ SENDO AMEAÇADA

Estamos em processo de escolha dos novos conselheiros do Fundo Nacional de Educação Básica (Fundeb) e mais uma vez a democracia está sendo deixada de lado em nome da falta de ética. O Sindserv defende que a escolha dos conselheiros indicados pelos professores e servidores da educação seja aberta, por meio do voto, em processo a ser realizado nos dias 1 e 2 de outubro. Infelizmente não é esse o mesmo entendimento do Sindest, que recusou a proposta de construir uma comissão entre os dois sindicatos para organizar a eleição dos dois segmentos (professor e funcionário de escola). O hoje superintendente da Capep Saúde, o mesmo que quer implantar a taxaçaõ dos dependentes na nossa assistência médica, bateu na mesa e disse que quer ele mesmo indicar os conselheiros para o fundo.

**Frisamos:** o Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente. Quanto mais aberta e democrática for a escolha dos conselheiros, maior será a sua independência. Em reunião realizada com a Seduc, o Sindserv reforçou que não abriria mão da eleição aberta e que a constituição do conselho não pode sofrer mais atraso, em função do controle social da verba já estar sendo prejudicado.

Diante disso a comissão eleitoral da seduc, sabedora da urgência na resolução do assunto, propôs que os dois sindicatos fizessem cada um seu processo eleitoral, indicando cada um dois segmentos e a partir daí teríamos uma segunda eleição para escolher os titulares e suplentes. Novamente o Sindest não aceitou a proposta, deixando claro que trabalha por um processo de constituição do conselho sem transparência e ética.

## SINDSERV COBRA PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Em audiência pública realizada na Câmara, no dia 12 de setembro, o Sindserv cobrou do secretário de Administração, Edgard Mendes Baptista Jr, uma data limite para a apresentação do plano de carreira do Magistério - elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FVG) -, e para o início de uma ampla discussão com a categoria. O estudo já foi concluído, mas o governo o mantém sob sigilo, alegando que aguarda a análise do impacto financeiro para negociar com o funcionalismo. O plano de carreira do Magistério é fundamental para que seja concretizada a nova regulamentação do Fundeb, que entre outras atribuições, zela pela valorização salarial dos educadores.

Durante o encontro, o Sindserv fez um apelo para que a questão não vire moeda eleitoral como aconteceu na últi-

ma eleição municipal, quando o houve a promessa de que, caso o atual prefeito ganhasse, o plano discutido e elaborado por uma comissão já instituída - composta por servidores e representantes da Seduc - seria implantado. Na verdade esta proposta, que vem sendo discutida desde 2002, nunca saiu do papel como se pode observar no quadro abaixo.

A audiência foi realizada por iniciativa da vereadora Suely Morgado, presidente da Comissão Permanente de Educação. Foram convidados secretários de três pastas: Educação, Finanças e Administração, porém só o último compareceu, o que gerou protestos de educadores que superlotaram a Sala Princesa Isabel. Iara Bernardes, representante do MEC, também esteve presente e afirmou que a legislação que regulamentou o Fundeb já determinava

que os municípios devessem elaborar os planos de carreira específicos para o magistério. Ela estranhou que Santos, uma cidade que saiu na frente na elaboração do Estatuto do Magistério, não havia ainda criado a lei que estabelece o plano de carreira.

Insistimos na urgência do processo, pois como lembrou a supervisora aposentada Lúcia Fidalgo, integrante da comissão nomeada na administração Beto Mansur, não é possível criar um plano sem a alteração do estatuto. Diante disso, a vereadora Suely Morgado se comprometeu a requisitar ao governo o estudo realizado pela FGV, já que se trata de documento público. O objetivo é iniciar as discussões, se possível antes do próximo dia 15, independente da apresentação oficial feita pela administração.

### VEJA COMO TUDO COMEÇOU

■ Em 2002 a secretária de Educação, Jossélia Fontoura, enviou às escolas municipais de Santos, cópias da minuta de um novo estatuto do magistério e de um plano de carreira;

■ Em 21/08/2002, na audiência pública na Câmara, convocada pelas vereadoras Luzia Neófiti e Suely Morgado, o advogado César Pimentel fez críticas à minuta apresentada e a secretária da Educação resolveu retirar a proposta de mudança do estatuto e diz vai adequar o estatuto vigente;

■ O Sindserv chama uma assembléia para discutir o assunto e a plenária decide eleger uma comissão para estudar a adequação do estatuto e propor um plano de carreira como determinava a legislação que regulamentava o então Fundeb

(hoje substituído pelo Fundeb);

■ A secretária de Educação abre inscrições para que cada escola indique um representante para constituir uma comissão para a elaboração do plano de carreira e estatuto do magistério;

■ As duas comissões, a do Sindicato e Seduc, após estudo, elaboraram dois documentos, o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação e Estatuto e Plano de Carreira Plano de Carreira do Magistério, respectivamente;

■ Membros da Comissão da Educação do Sindserv apresentam a proposta para os profissionais da educação nas HTPS das escolas;

■ A Comissão da Seduc envia proposta às escolas;

■ Abre-se um processo e o projeto

vai para estudo do impacto financeiro;

■ O Sindserv promove um Seminário sobre Estatuto e Plano de Carreira;

■ São feitas algumas audiências públicas a respeito do projeto de Plano de Carreira e alteração de Estatuto do Magistério da Comissão da Seduc, durante ainda administração do Beto Mansur;

■ No governo Papa a Comissão instituída pela Seduc tem algumas audiências com a secretária de Educação sobre o projeto;

■ Recentemente, após reunião com o secretário de Administração, o projeto, conforme fala do próprio secretário Edgar, foi considerado no estudo do plano de carreira do magistério, elaborado pela Getúlio Vargas.

# TRABALHADORES DENUNCIAM COLAPSO NA SAÚDE

Hiperlotação de pacientes nos repousos do PS adulto com improvisação de leitos em macas; demora excessiva no tempo de espera para remoção de pacientes em ambulância por insuficiência de veículos; adaptação sanitariamente inadequada de Centro Obstétrico em um Centro Cirúrgico; presença de roedores e insetos nas dependências; falta de profissionais médicos para atendimento e acompanhamento de pacientes internados; inexistência de ações para controle de infecção hospitalar; redução brusca de funcionários administrativos e de enfermagem; pressão e assédio aos funcionários em folga para cobrir escala de plantão.

Esses são só alguns dos problemas denunciados ao sindicato pe-

los funcionários lotados em unidades de saúde anexas ao Hospital da Zona Noroeste.

Diante da avalanche de problemas, uma assembléia específica da saúde foi realizada no dia 6 de setembro e um documento foi elaborado pedindo providências para a prefeitura.

As denúncias foram encaminhadas também para o Ministério Público do Estado, Ministério Público do Trabalho, Vigilância Sanitária do Estado, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Regional

de Medicina, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Farmácia e a todos os vereadores.

Quase um mês após a formalização das denúncias, a Prefeitura sequer respondeu à comissão de trabalhadores ou ao sindicato. Nenhum processo de apuração ou investigação das denúncias foi iniciado, o que demonstra claramente o desinteresse em garantir condições de trabalho para os servidores e a qualidade no atendimento à população.



## NOTAS

**ATENÇÃO ASSOCIADOS** - O Departamento Jurídico do SINDSERV convoca os associados que ainda **NÃO** compareceram na sua sede para regularizar as procurações em nome dos advogados **Dr. Fabio Roberto Gaspar, Dr. Fernando José Figueiredo Rocha e Dr. Jonadabe Laurindo**, atuais patronos desta entidade, a entrarem em contato por meio do telefone 3228-7400 ou pessoalmente, na Av. Campos Sales, 106, a fim de providenciar a regularização nos processos em que figuram como autores. Em contrapartida, informamos que **NÃO** mais integram o quadro de advogados o **Dr. Danilo de Camargo, Dra. Daniella Vitelbo Aparício, Dra. Leda Maria Silva da Rocha e Dra. Maria de Lourdes de Jesus Peralta**, sobre os quais o SINDSERV se **EXIME** de quaisquer atos praticados por estes em nome desta entidade.

**ATENÇÃO CONTRIBUINTES DO SECONCI** - O SECONCI rescindiu o contrato com o Sindicato, e firmará outro em que as contribuições passam a ser de R\$ 14,00 para titulares e R\$ 10,00 por cada dependente. Para se enquadrar nesse contrato, que ainda será formado, o servidor deverá comparecer no Sindicato para assinar novo termo de adesão.

**SEGURO** - Em breve publicaremos no site e no boletim a relação de nomes de associados que deverão entrar em contato **URGENTE** com o Sindicato para atualização de dados cadastrais, em razão do seguro de vida.

**PRÓ-FUNCIONÁRIO** - Nos dias 4, 5 e 6 de outubro, a convite da Undime, o Sindserv participará de um encontro em São Paulo para capacitação de monitores do curso Pró-Funcionário, desenvolvido e ministrado pela Universidade Federal de Brasília (UNB). Desde o ano passado o sindicato negocia com a Seduc a aplicação desse curso em Santos, para cerca de 400 funcionários das escolas municipais. O programa conta com vários módulos, como técnico em administração escolar, técnico em multimeios, entre outros, com duração de um ano e meio e certificado da Fundação Paula Souza.

Órgão Informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santos  
Edição e Textos: Alcione Herzog (Mtb 32.236) Produção Gráfica: Somatorium - (13) 3467-7156  
Impressão: Gráfica Diário do Litoral. Tiragem: 3.000 exemplares.

**SINDSERV: AV. CAMPOS SALES, 106 - VILA NOVA - SANTOS**  
**TEL.: (13) 3228-7400 - [sind\\_serv@uol.com.br](mailto:sind_serv@uol.com.br) - [www.sindservsantos.org.br](http://www.sindservsantos.org.br)**

